

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006382-16.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **BANCO PAN S.A.**
 Requerido: **Jaime Espolau**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

BANCO PAN S/A ajuizou **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO com PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR** em face de **JAIME ESPOLAU**, todos devidamente qualificados.

A autora aduziu, em síntese: que concedeu ao requerido um financiamento no valor de R\$ 32.768,40, que seria restituído por meio de 24 prestações mensais, no valor de R\$1.365,35, com vencimento final em 15/09/2019, mediante Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens, garantido por alienação fiduciária, celebrado em 15/09/2017.

Juntou documentos às fls.07/72.

A liminar foi deferida a fls. 73 e, na sequência, houve a busca e apreensão do bem (fls. 84).

Devidamente citada (fls. 85) o réu deixou de apresentar defesa (fls. 87) ficando reconhecido em estado de contumácia.

É o relatório**DECIDO.**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Releva notar, neste passo, que a alienação fiduciária em garantia está comprovada pelo instrumento de fls. 58/61, o mesmo ocorrendo com a mora, em face da notificação extrajudicial (fls. 62/64).

Ademais, o não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica no vencimento antecipado pela totalidade do débito (art. 3º e art. 1º, § 7º, do Decreto-Lei nº 911/69, com atualização pela Lei 10.931/04, cc art. 1.425, III do Código Civil).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da instituição financeira autora, assim como sua posse plena e exclusiva.

Arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa.

Publique-se Intime-se.

São Carlos, 27 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**